

O analista é o historiador: verdade, interpretação e perplexidade

Pedro Ambra^{a*}
Clarice Pimentel Paulon^b

^aUniversidade Ibirapuera, Departamento de Psicossomática. São Paulo, SP, Brasil

^bCentro Universitário Anhanguera, Departamento de Psicologia. São Paulo, SP, Brasil

Resumo: O artigo discute o estatuto dado à história pela psicanálise bem como suas possíveis consequências no interior da teoria e da prática analíticas. Recorre-se, em um primeiro momento, a dois textos freudianos que aportam noções paradigmáticas sobre a história: *Moisés e a religião monoteísta* e *Construções em análise*, a fim de sublinhar diferentes noções freudianas de história. Apresenta-se de que maneira a noção de história em psicanálise permite a reformulação de conceitos como os de *verdade* e *materialidade*. Passa-se, então, à análise do lugar dado à História por Lacan, com vistas a demonstrar sua centralidade, propondo uma distinção tripartite entre diferentes regimes de historicidade – real, simbólica e imaginária. Apresenta-se, por fim, desdobramentos clínicos de uma aproximação feita por Lacan entre o analista e o historiador.

Palavras-chave: transferência, história, verdade, psicanálise.

Articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo “tal como ele foi”. Significa apoderarmo-nos de uma recordação quando ela surge como um clarão num momento de perigo.

Walter Benjamin

A noção de História em psicanálise é comumente desconsiderada. Comparando-se, por exemplo, as publicações de cunho interdisciplinar em psicanálise, temos uma gama muito maior de textos em outras áreas como linguística, filosofia e antropologia. Muito dessa irrelevância da disciplina dentro das construções psicanalíticas advém de um pressuposto de que a História seria algo que traria com certa linearidade os acontecimentos, decorrendo daí uma relação causal que não possibilitaria o contingente ou, ainda, uma homogeneização dos indícios, tornando-os coerentes entre si e escamoteando os enigmas, tão necessários ao surgimento do sujeito em processo de análise. A História, portanto, faria parte de um aspecto imaginário da subjetividade e deveria ser afastada, em detrimento de noções como estrutura e formalização¹.

Contudo, lembremos que Freud, em “O homem Moisés e a religião monoteísta” (1937-1939/1988), nos apresenta não uma, mas três noções de história distintas entre si: *Geschichte*, *Historie* e *Historisch*². *Geschichte* remete ao acontecer histórico, à história real e objetiva;

Historie, à história conjectural ou à história reconstruída a partir da experiência; e *Historisch* seria o histórico vivencial, ou seja, a forma como a história aconteceu para cada homem que a vivenciou.

A História, nessas diferenciações apresentadas por Freud, se relaciona à noção de temporalidade atrelada à experiência. Assim, passado e presente articulam-se por meio de acontecimentos sucessivos (não necessariamente cronológicos), gerando três camadas de significação: o *acontecer histórico*, distante e inatingível, é condicionado pela *história conjectural* em sua relação com o *histórico vivencial*. É a partir desses dois últimos termos que podemos supor a constituição da *Geschichte* do passado, em sua experiência – a partir da composição entre passado – e futuro, condicionada pelo tempo presente.

É com base nessa distinção de Histórias que Freud empreende a separação entre verdade material e verdade histórica, nesse mesmo ensaio. Se a primeira diz respeito aos acontecimentos concretos, pautados por uma análise rigorosa, unívoca de documentos e fatos chegando à *Geschichte*, a verdade histórica, por outro lado, partiria de lendas, construções de mitos, religiões e também da fala, da língua, (*Historie* e *Historisch*). Mais do que isso, a verdade histórica obedeceria à lógica do recalque, ao passo que a verdade material pautar-se-ia pelo princípio de uma identidade consigo própria.

Diferente da verdade material, a verdade histórica não se debruça sobre o que é manifesto e literal, a verdade histórica contém algo de velado, oculto, é preciso que haja uma decifração, além disso, a verdade histórica sempre tem em seu escopo um retorno do passado. (Couto & Alberti, 2013, p. 91)

Assim, a verdade histórica seria uma espécie de modificação, de deturpação da verdade material – análoga àquela entre o conteúdo manifesto e o conteúdo latente.

* Endereço para correspondência: pedro.ambra@gmail.com

1 Exceção feita aos ensaios de Certeau (2011), que propõem um retorno à História na psicanálise a partir da assunção de que sua técnica clínica contém traços narrativos e, principalmente, que analisam a relação entre as duas disciplinas a partir da ótica do historiador. Nesse artigo, contudo, nosso intuito será outro, a saber, discutir até que ponto a História fornece modelos de escuta e de posicionamentos na transferência.

2 A distinção entre os termos se apresenta em uma nota de rodapé das *Obras Completas* de Freud com tradução de José Luis Etcheverry, publicadas pela Amorrortu Editores. Na versão publicada pela Imago não houve diferenciação entre os termos.

Pois bem, é essa relação que gostaríamos de subverter para iniciar nosso argumento. Analogamente à máxima lacaniana da inexistência da relação sexual (Lacan, 1985), sustentemos temporariamente o seguinte postulado: *não há relação historial*. Em outras palavras, verdade material e verdade histórica, por princípio, não podem se relacionar. Em primeiro lugar, não haveria uma proporção entre verdade histórica e verdade material, no sentido de que se tratariam de dois regimes distintos de verdade – sendo a verdade material ligada à verdade enquanto adequação aristotélica e a verdade histórica próxima ao que Martin Heidegger (Batista, 2005) resgatou na ideia da verdade enquanto desvelamento, *aletheia*. Assim, a própria ideia de uma verdade histórica que se desvelaria ao sujeito é incompatível com uma concepção de verdade material que serviria como modelo de adequação. Mais que isso, a verdade material só poderia ser atualizada em resquícios a partir da verdade histórica, ou seja, sua “materialidade” só seria possível a partir do campo da experiência do sujeito vinculado aos seus traços, marcas singulares dessa experiência.

Em segundo lugar, além dessa desproporcionalidade da natureza de seus regimes de verdade, haveria propriamente uma não relação entre o dito material e o histórico. Pensamos não apenas no nível metapsicológico, mas no de nossa prática. Qual é o estatuto de uma realidade – a saber, aquela da história material – na clínica? Trata-se de uma pergunta de difícil resposta, não porque enquanto analistas ignoramos a vida quotidiana de nossos analisantes, mas porque consideramos que o trabalho analítico, de construção e desconstrução de fantasias, não tem relação com essa realidade, uma vez que se pauta e se constrói a partir da modalidade de repetição em jogo em cada transferência³. Em outras palavras, introduz-se, aí, uma diferença entre o *real* e a *realidade*, tal como Lacan pôde concebê-los (Bousseyroux, 2007)⁴. O mesmo tipo de separação vale para a transferência: é claro que um acidente de carro pode impedir que um analisante chegue à sessão, mas não é essa “verdade material” que deve ser considerada no trabalho analítico, mas, antes, um movimento transferencial em dado momento do tratamento. Operacionalmente falando, cabe à análise os movimentos de construção e interpretação que darão ao acontecimento seu real estatuto mediante o processo analítico. Ou seja, quando pensamos no processo analítico e sua articulação com a história, nos remetemos à posição ocupada por aquele acontecimento e de que modo essa posição se articula com as demais, gerando relações de significação atravessadas pela transferência.

3 Podemos pensar em um exemplo atual da verdade material na clínica: quando um paciente se propõe, durante a sessão, a ler trechos de conversa ou mensagens que trocou com alguém via aplicativo, temos, a princípio, a invocação a uma suposta materialidade da história que, no entanto, nada significam se não se portarem como indícios de articulações com regimes de historicidade próprios ao caso.

4 Pensemos nos efeitos de confundir essas duas dimensões, como no chamado caso do “homem dos miolos frescos”, de Ernest Kris (Lacan, 1954/2008).

Retomando a questão da história em Freud, em um texto próximo ao “Homem Moisés e a religião monoteísta”, tal discussão terá outro estatuto, mais propriamente clínico. No entanto, parece que Freud, de alguma maneira, ainda insistirá em resquícios da importância da verdade material para as construções da verdade histórica. Trata-se do texto “Construções na análise” (1937/2017), no qual Freud compara o trabalho do analista ao trabalho do arqueólogo. No que diz respeito à interpretação, Freud inclusive chegará a afirmar que “construção” seria um termo muito mais adequado do que “interpretação”, donde sua analogia conhecida entre o arqueólogo e o analista: “Ambos permanecem tendo o direito indiscutível de reconstrução através de complementação e junção dos restos conservados” (Freud, 1937/2017, p. 368).

Ou seja, por mais que haja um acento sobre a importância da chamada verdade histórica, há, aqui, a ideia de que haveria um resto, uma verdade material à qual a verdade histórica deveria se adequar. O trabalho analítico consistiria em “libertar aquela parte de verdade histórica de suas deformações e ligações [*Anlehnungen*] com o presente real, reconduzindo aquela parte do passado à qual pertence” (Freud, 1937/2017, p. 378). Tal ideia estará igualmente presente quando Freud compara, no mesmo texto, neurose e psicose a partir da ideia de construções (delirantes ou sintomáticas) feitas a partir de um fragmento material perdido no passado, cuja restituição caberia ao trabalho em análise.

De certa forma, é como se Freud estivesse assumindo, com base na noção de verdade histórica, a importância do estatuto de temporalidade para a construção clínica. Seria a partir de manejos na temporalidade dos acontecimentos que se dariam os reposicionamentos acerca de passado e presente, restituindo suas lembranças e acrescentando a elas seu tempo psicanalítico. Nas palavras do protagonista André, do romance *Lavoura Arcaica* (Nassar, 1989): “Só a justa medida do tempo dá a justa natureza das coisas” (p. 55). É a partir da noção de verdade histórica que Freud realiza na clínica esse dimensionamento ético da temporalidade, a partir do qual, “a justa medida das coisas” é recortada e localizada em seu aspecto temporal.

Conviria, aqui, introduzir uma radicalidade do retorno à Freud realizada por Lacan, que elevará a negatividade a um estatuto ontológico. Da crítica da realidade concreta da satisfação primária à primazia do significante, passando pela anterioridade do Outro em relação ao sujeito, Lacan parece ter uma preocupação em sublinhar o caráter ilusório daquilo que se mostra como realidade sólida, ainda que escondida, reprimida ou recalçada. É por isso que, pouco antes de comentar o “O homem Moisés e a religião monoteísta” de Freud no seminário sobre *O avesso da psicanálise* (1969-1970/1992, p. 106), Lacan dirá que a verdade é o próprio recalque. Em outras palavras, dada sua estrutura simbólica, a verdade, em seu sentido psicanalítico, só pode ser pensada a partir de seu próprio mecanismo de ocultamento.

Podemos agora refinar a partir de outras coordenadas nossa afirmação relativa à inexistência da relação historial. Não se trata de uma impossibilidade total de relação, tal como na proposta lacaniana de inexistência da relação sexual. Mas de dois registros distintos de verdade, um ligado ao imaginário – a verdade material – e outro ligado ao simbólico – a verdade histórica. Assim, se a verdade material diria respeito ao tipo de concretude ligada a uma unificação especular total e linear, a verdade histórica seria aquela propriamente significativa, na qual a verdade não se reduz a uma imagem unívoca, mas é, antes, o próprio efeito do ocultamento e seu desvelamento correlato.

A relação entre o histórico e o material seria, então, análoga àquela entre simbólico e imaginário: são dimensões que não se sobrepõem, mas que dependem uma da outra, funcionando como limites recíprocos. Retornando às três noções de história que Freud nos apresenta em “O homem Moisés e a religião monoteísta” (1937/1988), é como se estivéssemos investigando as relações entre *Historie* – história conjectural – e *Historisch* – história vivencial. A história conjectural, em seu caráter simbólico, nos remete à estrutura dos mitos, ao modo como, coletivamente, resgatamos resquícios, traços diferenciais de nossa cultura, tal como fez Freud ao escrever “O homem Moisés e a religião monoteísta” (1937/1988). Já *Historisch* – a história vivencial – abarca o aspecto imaginário do legado histórico: a forma como essas marcas diferenciais são experienciadas, o modo como a organizamos e como nos posicionamos diante desse legado cultural.

Uma lacuna, contudo, se delineia para aqueles familiarizados com o percurso intelectual de Jacques Lacan. Se há um regime imaginário e outro simbólico de verdade, o que seria da ordem de uma verdade do real, então? Façamos uma espécie de desvio por um campo que até agora permaneceu pouco explorado e muito mais inferido: a História, ou, tal como Freud (1937/1988) aponta em “O homem Moisés”, *Geschichte*.

A História de Lacan

Nos é conhecido o esforço de Lacan para introduzir a linguística como disciplina-chave para a psicanálise. Sua máxima “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (Lacan, 1965/2008, p. 882), condensa essa espécie de pedra fundamental na construção de seu edifício conceitual. Por outro lado, além da linguística estrutural, figurará de forma cada vez mais presente em seu ensino a matemática – em especial a topologia – como um dos saberes indispensáveis para sua teoria do sujeito. De seus primeiros seminários até os desenvolvimentos do chamado “últimíssimo Lacan”, seu esforço parece orbitar invariavelmente ao redor de uma formalização que visa afastar qualquer noção essencialista de sujeito. Linguística e matemática não seriam, portanto, apenas chancelas “científicas” para a psicanálise, mas saberes que recolocariam a faceta estruturalmente inconsciente da experiência freudiana de volta à ordem do dia.

Contudo, qual seria a função da História, se possuímos uma teoria gramática do sujeito bem-acabada? Mais do que isso: a desconfiança da História não estaria ligada à sua natureza necessariamente imaginária? Em outras palavras, qual o espaço da História para a psicanálise de Lacan?

Uma passagem em “A coisa freudiana ou o sentido do retorno a Freud em psicanálise”, texto de Lacan contemporâneo ao seminário sobre as psicoses talvez comece a nos esclarecer a esse respeito. “É de uma iniciação nos métodos do linguista, do *historiador* e, diria eu, do matemático que se deve tratar agora, para que uma nova geração de clínicos e pesquisadores resgate o sentido da experiência freudiana e seu motor” (Lacan, 1955/2008, p. 436, grifo nosso). Ou seja, ao lado do linguista e do matemático, há, curiosamente, como modelo na formação do analista – o historiador.

Em um texto central do mesmo período, “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, ao discutir o tempo lógico, Lacan evoca a História como disciplina que, assim como a psicanálise, consideraria a “reprodução subjetiva do passado no presente” e, mais do que isso, “o exemplo da história também dissipa, qual uma miragem, o recurso à reação vivida que obceca nossa técnica e nossa teoria” (Lacan, 1953/1998, p. 289). Ainda no mesmo texto, Lacan (1953/1998) será literal ao afirmar que o anti-historicismo seria o “oposto diametral da experiência psicanalítica” (p. 246), bem como dirá que “O que ensinamos o sujeito a reconhecer como seu inconsciente é sua história – ou seja, nós o ajudamos a perfazer a historicização atual dos fatos que já determinaram em sua existência um certo número de ‘reviravoltas’ históricas” (Lacan, 1953/1998, p. 263). Em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, aliás, a noção de história é tão central que Lacan chegará a propor uma distinção entre historicização primária (história encenada) e secundária (recalque) precisamente por comparar psicanálise e história como “ciências do particular” (1953/1998, p. 262).

Por qual motivo, então, a relação entre psicanálise e história teria permanecido apenas pontuada e não levada a cabo, como foi o caso da matemática, da antropologia e da linguística? Possivelmente, o anti-historicismo de Claude Lévi-Strauss e a hegemonia do estruturalismo no debate acadêmico francês nos anos 1960 teriam afastado Lacan das discussões historiográficas da Escola dos *Annalles* e da chamada “Nova História”, por mais que a elas não fosse alheio. Lacan refere-se, por exemplo, a Lucien Febvre – um dos fundadores dos *Annalles* – como “grande historiador” e chega mesmo a aproximar seu movimento interpretativo ao estilo de Marguerite Duras (Lacan, 1965/2003). Mais ainda, apresenta-o como alguém que teria denunciado o engodo na leitura clássica do *Heptamerão* de Navarre, engodo este que criaria uma barreira diante da verdade do texto. Mais uma vez, encontramos aqui o exercício da história como um desvelamento da verdade para além da aparência e, mais do que isso, de uma verdade ligada ao *escrito*.

No entanto, ainda assim, a história não escamotearia o imaginário pela porta dos fundos? Mesmo com a reformulação da narrativa⁵ por parte da Escola dos Annales, qual seria o espaço dessa discussão em Lacan? Em 1975, em Yale, ao ser perguntado diretamente sobre o lugar do imaginário na história, Lacan (1975) é categórico: “[A história] É um tipo particular de simbólico; um simbólico que articula o real pelo escrito” (p. 21)

Surpresos com a resposta do psicanalista, seus interlocutores norte-americanos insistem no caráter imaginário da história, ao passo que Lacan sublinhará que tudo o que nos chega, só chegou por ser escrito. Mais do que isso: “As pessoas escrevem sobre aquilo que já foi escrito. É por isso que os documentos escritos são exigidos. Não se pode fazer história senão escrevendo de segunda mão sobre isso que já está escrito em algum lugar” (Lacan, 1975, p. 20).

Analista: um historiador?

É possível objetar, no entanto, que tais aproximações em Lacan não passariam de referências de caráter puramente metodológico, sem nenhuma relação com a experiência analítica. Haveria alguma indicação mais clara sobre a relevância da história para a clínica psicanalítica?

No seminário sobre a identificação, ao discutir justamente a importância do escrito na relação do neurótico com o significante, Lacan aproximará o analista ao historiador ou, mais precisamente, produzirá uma condensação entre os dois.

Há algum tempo começo a lhes fazer apreender o que há de escrito no caso do significante, de escrito original. Deve, mesmo assim, ter-lhes vindo à mente que é essencialmente com isso que o obsessivo tem a ver todo tempo: “*ungeschehen machen*”, fazer com que isso não tenha acontecido. O que isto quer dizer, a que isso se refere? Evidentemente, isso se vê no seu comportamento: *o que ele quer extinguir é o que o analista escreve ao longo de sua história, o analista com dois n, o que ele tem em si. São os anais do caso que ele quer apagar, raspar, extinguir.* (Lacan, 2003, p. 135, grifos nossos)

A homofonia permite, assim, que *Annaliste* – com dois *n*, sinônimo de “historiador”, popularizado justamente pela tradição iniciada por Marc Bloch e Lucien Febvre, com a *Revue des Annales*, em 1929 – ganhe um sentido duplo: analista/historiador. Mais ainda, seria possível inverter a lógica tradicional que coloca o analista como espelho ou página em branco pois, a partir dessa passagem,

analista seria também aquele que escreve com a tinta da transferência, algo ao longo da história de uma análise. Mas que escrita seria essa, já que podemos pressupor não se tratar nem de um fluxo de sentidos que parte do analista rumo à trama neurótica, nem de uma “mão suficientemente boa” que serviria de suporte caligráfico ao sujeito, reparando seus deslizos, omissões, incongruências?

Ao retomar a passagem de 1975, lembramos que a definição de história dada por Lacan é aquela “de um simbólico que articula o real pelo escrito”, de um escrito de segunda mão. Ora, que outra definição, senão aquela de interpretação, nos remete a esse tipo de fazer que – tanto na história quanto na psicanálise – produz o novo a partir da retomada e rearticulação de escritos abandonados, rasurados dos anais do caso? A interpretação seria o efeito de um sobrescrito, o próprio palimpsesto produzido entre as histórias que o sujeito conta a si mesmo e as rasuras sintomáticas que o analista/historiador circula, sublinha, rabisca. Interpretação – diferente da analogia freudiana da construção – se aproximaria mais de uma desconstrução dos sentidos evidentes presentes em uma edição revisada e ampliada das discontinuidades de si. Lacan (1953/1998), ao afirmar que “a interpretação é coextensiva à história” (p. 604) está, justamente, pontuando que, sem o acesso a essa verdade histórica, articulada ao tempo na transferência, a análise se torna inviável. Nos interessa como analistas/historiadores o rascunho, as políticas editoriais de exclusão e inclusão, as atas da infância, as notas de rodapé da vida adulta e, enfim, tudo aquilo que o eu crê não fazer parte da história oficial. Mas qual o critério de verdade desse tipo de escrita da desconstrução? Certamente não é aquele da adequação da verdade material à verdade histórica, nem propriamente o desvelamento de uma lógica estrutural de um recalque original que, no limite, baniria a dimensão narrativa da experiência. Trata-se, antes, da possibilidade da múltipla interpretação e da polissemia de sentidos⁶. Nos voltemos novamente à História.

O historiador Hayden White, conhecido por sua crítica à Escola dos Annales no que tange justamente à dimensão narrativa da história, em uma entrevista concedida em 2007, dará sentido preciso ao que considera o objetivo da interpretação para a História: “Queremos as questões em aberto. Queremos criar um arquivo, por assim dizer, que permita uma ampla variedade de interpretações, todas igualmente plausíveis. Porque o objetivo da interpretação é criar perplexidade face ao real – não esclarecê-lo” (White, 2007/2013, p. 591).

Sua definição é precisa e demonstra novamente que, no que tange à interpretação, a posição do analista é análoga à do historiador: por meio da escrita sobre outros escritos, a interpretação é o que faz furo no sentido ao expor o caráter completamente contingente do real. Seu critério de verdade é, assim, aquele de uma perplexidade que se dá pelo caráter de variação da verdade, condensado por Lacan (2017) no termo *varité*, uma verdade variável, o variável da

5 Temos uma exclusão da narrativa na primeira e segunda geração dos Annales devido à construção de materiais com tempo de longa duração. A narrativa retorna à Escola dos Annales em sua terceira geração, com análises históricas de tempo curto. A dialética das durações temporais permite, portanto, a reformulação e o retorno da narrativa dentro dos estudos da história (Luiz, 2016).

6 Segundo Benjamin (1936/1994) a arte narrativa está, justamente, em evitar explicações para que fique aberta a interpretação, sem a imposição do contexto psicológico à priori (p. 201).

verdade. Não esqueçamos que o que está em jogo aqui não é um ideal normativo de ação do analista, que muitas vezes produz as mais estapafúrdias intervenções em nome da pureza de uma “clínica do real”. Trata-se, antes, de critérios de validação da interpretação que, evidentemente, ocorrem apenas no só depois. Assim, diremos que uma interpretação é efetiva não quando questiona um sentido, mas quando coloca em xeque a possibilidade mesma de extrair verdades únicas a partir de um arquivo. Mais precisamente, a ideia de uma interpretação dessa natureza questiona a própria noção de arquivo enquanto tal.

Derrida – a partir justamente de Freud e de suas leituras de “O homem Moisés” – foi quem levou essa ideia mais longe a partir de seu texto *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* (1995/2001). Nesse ensaio, Derrida criticará precisamente o estatuto conceitual do “suporte” representado pelo arquivo, desconstruindo a positividade e a materialidade supostas no arquivo. Para Birman (2008), em sua leitura de Derrida, “o arquivo não se restringe ao enunciado constataivo, mas se desdobra também nos registros do performativo e da enunciação (p. 116)”. Ou seja, a pretensa materialidade do arquivo não é apenas uma ilusão, mas o produto de um ato performativo, de uma enunciação. Esse sentido de verdade material não estaria ligado nem à adequação, nem ao desvelamento de uma estrutura, mas à própria desconstrução de seu sentido. Convém evocar, aqui, a insistência de Lacan (1985) em pontuar que a psicanálise não é um idealismo, mas um *materialisme* (p. 12), um materialismo da palavra, da palavra escrita.

O registro real da história se aproximaria, portanto, daquele que pode apenas ser apreendido pela escrita,

sendo esta, tal como nos afirma Derrida (1995/2001), a escrita da pura diferença. Segundo o autor, essa escrita não tem identidade, e sim marcas da diferença, que, na análise, seriam apreendidas a partir das repetições transferenciais na “escrita de segunda mão” da posição franqueada pelo sujeito ao analista. O acontecer histórico, tal como afirma Freud, só pode ser apreendido documentalmente, do mesmo modo que o psicanalista fez ao conjecturar o mito de fundação do povo judaico a partir de Moisés, compreendendo, assim, a bíblia como uma documentação que apontaria para indícios do mito de fundação dos judeus. O arquivo, nesse sentido, é mera performatividade, construção de narrativa por meio de indícios que se estruturam por sua relação diferencial.

Assim, ao final de nosso percurso, a subversão entre verdade material e verdade histórica deve dar lugar a uma inversão. O que se busca produzir numa análise não é uma reconstrução da verdade histórica a partir de uma verdade material, mas o contrário. É partindo da verdade histórica, marcada pelo significante dos sintomas, atos falhos e, principalmente, pela transferência, que se chega ao furo radical do arquivo, à verdade/variedade necessária da palavra e à materialidade da rasura da letra. Analista é, assim, quem exerce função de historiador, ao dar a ver as fontes primárias não como ruínas, mas como escritas do impossível da satisfação, como arquivos de ficção. É desse modo que, ao marcar a inexistência da relação historial, a função analista é aquela que permite o surgimento de uma história que – a partir de perplexidade advinda da política de apagamentos de seus arquivos – não cesse de não se escrever.

The analyst as an historian: truth, interpretation and perplexity

Abstract: This article discusses History's role in Psychoanalysis as well as its possible consequences within analytical theory and praxis. First, we turn to two Freudian texts that provide paradigmatic notions about History: *Moses and Monotheism* and *Constructions in Analysis*, in order to emphasize Freud's different notions of History. It is demonstrated how the psychoanalytical notion of History can allow us to rethink concepts such as *truth* and *materiality*. Then we analyse the place given to History by Lacan to indicate its centrality, proposing a tripartite distinction between different levels of historicity – real, symbolic and imaginary. Lastly, we present the clinical unfolding of a comparison made by Lacan between analyst and historian.

Keywords: transference, history, truth, psychoanalysis.

L'analyste en tant qu'historien : vérité, interprétation et perplexité

Résumé : Cet article traite du rôle de l'histoire dans la psychanalyse et ses possibles conséquences dans la théorie et la pratique analytiques. Premièrement, on se tourne vers deux textes freudiens qui apportent des notions paradigmatiques sur l'histoire : *L'homme Moïse et la religion monothéiste* et *Constructions dans l'analyse* pour souligner des différentes notions d'histoire chez Freud. On présente comment l'histoire en psychanalyse nous permette de reformuler des concepts comme la *vérité* et *matérialité*. Ensuite, nous analysons la place donnée à l'Histoire par Lacan pour démontrer sa centralité, en proposant une distinction tripartite entre des différents régimes d'historicité – réel, symbolique et imaginaire. Enfin, on présente les développements cliniques d'une comparaison fait par Lacan entre l'analyste et l'historien.

Mots-clés : transfert, histoire, vérité, psychanalyse.

El analista es el historiador: verdad, interpretación y perplejidad

Resumen: El artículo discute sobre el estatuto que el psicoanálisis da a la Historia así como sus posibles consecuencias en el interior de la teoría y práctica analíticas. Se evoca, en un primero momento, dos textos freudianos que aportan nociones paradigmáticas sobre la Historia: *Moisés y la religión Monoteísta* y *Construcciones en Análisis*, con fin de subrayar diferentes nociones freudianas de la historia. Se presenta de que forma la noción de Historia en psicoanálisis permite la formulación de conceptos tales como los de la *verdad* y *materialidad*. Pasamos, entonces, al análisis del lugar concedido a la Historia por Lacan, intentando demostrar su centralidad, así como se propone una distinción tripartita entre diferentes regímenes de historicidad –real, simbólico e imaginario. Se presenta, al fin, los despliegues clínicos de una aproximación realizada por Lacan entre el analista y el historiador.

Palabras clave: transferencia, historia, verdad, psicoanálisis.

Referências

- Batista, J. B. (2005). A verdade do ser como aletheia e errância. *Existência e Arte*, 1(1), 1-5.
- Benjamin, W. (1994). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin, *Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política* (pp. 197-221). São Paulo, SP: Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1936)
- Birman, J. (2008). Arquivo e mal de arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. *Natureza Humana*, 10(1), 105-128.
- Bousseyroux, M. (2007). Réalité, fantasma et réel. *L'en-Je Lacanien*, (9), 139-158.
- Couto, R., & Alberti, S. (2013). Moisés e a verdade: retorno à questão da verdade histórica. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 5(1), 85-102.
- De Certeau, M. (2011). *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Derrida, J. (2001). *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará. (Trabalho original publicado em 1995)
- Freud, S. (1988). Moisés y la religión monoteísta. In *Obras Completas de Sigmund Freud: Moisés y la religión monoteísta, Esquema del psicoanálisis, y otras obras* (Vol. 23, pp. 7-132). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1937-1939)
- Freud, S. (2017). Construções na análise. In *Obras incompletas de Sigmund Freud: fundamentos da clínica psicanalítica* (C. Dornbusch, trad., pp. 365-381). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1937)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (2003). *A identificação: seminário, 1961-1962* (I. C. Bagno, trad.). Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- Lacan, J. (2008). Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud. In *Escritos* (pp. 383-401). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1954)
- Lacan, J. (2008). A coisa freudiana ou o sentido do retorno à Freud em psicanálise. In: *Escritos* (pp. 402-437). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1955)
- Lacan, J. (2008). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)
- Lacan, J. (2008). A ciência e a verdade. In *Escritos* (pp. 869-892). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1965)
- Lacan, J. (2003). Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein. In *Outros escritos* (pp. 198-205). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1965)
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise, 1969-1970*. (A. Roitman, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda, 1972-1973* (M. Magno, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Lacan, J. (1975). Conférences et Entretiens dans des Universités NordAméricaines. *Scilicet*, (6/7), 32-37.
- Lacan, J. (1985). Le symptôme, 1975. *Le Bloc-Notes de la Psychanalyse*, (5), 5-23.
- Lacan, J. (2017). *L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre, 1976-1977*. Paris, France: AFI. Recuperado de <https://bit.ly/2Q9LoMW>
- Luiz, L. S. (2016). A questão da narrativa na Escola dos Annales (1929-1989): o desafio historiográfico em se produzir História. In: *Anais, XX Encontro Regional de História da Anpuh (MG): História em tempos de crise*, 2016, Uberaba. Uberaba: UFTM. Recuperado de <https://bit.ly/2NXa3rE>
- Nassar, R. (1989). *Lavoura arcaica* (3a ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- White, H. (2013). O objetivo da interpretação é provocar perplexidade em face do real. In F. A. Novais & R. F. Silva (Orgs.), *Nova história em perspectiva* (Vol. 2, pp. 573-595). São Paulo, SP: Cosac Naify.

Recebido: 16/01/2018

Aprovado: 14/09/2018